

# O jovem no mercado de trabalho

*Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins*

Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo

As discussões a respeito do destino do trabalho no limiar do século 21 têm favorecido a elaboração da imagem de uma sociedade onde o trabalho não teria mais lugar, ou não se constituísse mais como a referência a partir da qual homens e mulheres pudessem construir a sua identidade. O que parece se colocar hoje como questão central é a abolição do trabalho (Gorz, 1982), pois as pessoas estão encontrando cada vez menos empregos permanentes, estão trabalhando menos horas. Diante da diminuição do tempo de trabalho disponível e do comprometimento das concepções éticas do trabalho (Offe, 1989), tem sentido falar em sociedade do trabalho? Pode-se pensar ainda na existência do proletariado ou de uma classe trabalhadora?

Tomando em consideração a observação de Offe, a respeito das temáticas de pesquisa, das teses, as conferências e as publicações atuais nas ciências sociais, vemos o surgimento do que ele chama de “novo subjetivismo sociológico” na análise da sociedade e do espaço vital, que rompe com a primazia da categoria trabalho na “determinação da consciência e da ações sociais” (1989, 17). Ou seja,

hoje, no interior das ciências sociais, aponta-se a limitação dos modelos de sociedade “centradas no trabalho”, de tal forma que até mesmo as experiências feitas no trabalho e o potencial de conflitos daí resultantes receberiam interpretações elaboradas fora do ambiente do trabalho. Outras variáveis são apontadas como mais significativas do que aquelas relacionadas com o trabalho, como por exemplo, a religião. Mesmo na pesquisa social aplicada, os temas são buscados em áreas à margem da esfera do trabalho, tais como a família, os papéis do sexo, a saúde, o comportamento divergente, etc. Isto tudo leva Offe a concluir pela “implosão da categoria trabalho” (p. 19) e que a sustentação de “modelos de sociedade e critérios de racionalidade centrados no trabalho ‘assalariado’, representa, hoje, uma posição conservadora” (p. 18).

Creio que aqui está o ponto central da crise que permeia o pensamento sociológico em nossa época. Privadas da utopia que inspirou trabalhadores, sindicatos, partidos e intelectuais, todas essas análises, impregnadas de pessimismo e negatividade, acentuam a falta de perspectivas e possibilida-

des de pensar a construção do futuro. De fato, que projetos podem ser elaborados diante das transformações que ocorrem no mundo do trabalho, com os novos processos e organização do trabalho, com a introdução de novas tecnologias, que alteraram não só o modo de trabalhar, mas provocaram mudanças nas qualificações dos trabalhadores, nas condições de trabalho, nas relações existentes no local de trabalho?

Uma das principais consequências do chamado regime da acumulação flexível (Harvey, 1992) diz respeito ao mercado de trabalho, com a prevalência de formas precárias de trabalho — caracterizadas por redução de salários, ausência de garantias ou benefícios sociais e por condições inferiores quanto à segurança e instalações — e o aumento das taxas de desemprego. Nestes tempos de economia globalizada, o que se tem observado é a constituição de um padrão segmentado do mercado de trabalho, com um núcleo cada vez mais reduzido de trabalhadores qualificados, com emprego permanente, em tempo integral. A nova realidade imposta pela reestruturação produtiva é marcada pela introdução de novos termos, que são usados para explicar o que está acontecendo. Fala-se hoje em um processo de produção enxuto, onde os desperdícios de material e mão-de-obra, irracionalidades e grandes estoques devem ser evitados; o trabalhador agora não é mais especializado, é polivalente, ou seja, realiza mais de uma tarefa, operando mais de uma máquina; o trabalhador não fica mais fixo a um posto de trabalho na linha de produção, mas trabalha em grupos ou equipes, sejam os chamados semi-autônomos (quase inexistentes no Brasil), sejam as ilhas ou células de fabricação; o trabalhador não é mais visto como mero executor das determinações vindas da gerência, mas espera-se que ele participe das decisões, fornecendo idéias para melhorar a produção. Diminuem-se, assim, a distância entre os gerentes e os trabalhadores, referidos como parceiros envolvidos nos interesses comuns de aumento de produtividade e da qualidade do produto; diante de todas essas mudanças, o trabalhador tem, de um lado, destruídas as suas

antigas habilidades, mas, de outro, enfrenta a necessidade de reconstruir habilidades e se requalificar para o trabalho nessas novas condições (Abramo, 1988).

Informações referentes às montadoras de carros no Brasil revelam que no período de 1991 a 1995 houve um crescimento da produção de 70% e de 78% na produtividade, enquanto verificou-se uma redução no emprego de 5%. No setor de autopeças, no mesmo período, houve um aumento no faturamento de 74%, de 97% na produtividade, e uma diminuição de 12% no emprego (DIEESE, 1996a). O que esses dados demonstram é o crescimento econômico acompanhado pela redução dos postos de trabalho e que, apesar da exigência cada vez menor de mão-de-obra, obtem-se cada vez mais bens e serviços.

O setor da economia que tem sido mais atingido é o industrial, com acentuada redução no contingente de trabalhadores. Tomando em consideração o relatório elaborado pela subseção do DIEESE em Osasco, vemos que só nos treze municípios abrangidos pela base territorial do Sindicato dos Metalúrgicos, a distribuição dos ocupados no setor industrial, que era de 32,4% em 1989, caiu para 24,5% em 1995. Em contrapartida, observa-se um crescimento significativo nos setores do Comércio e de Serviços: no primeiro, a distribuição de ocupados era de 15,3% em 1989, aumentando para 17,4% em 1995; em Serviços, a ocupação passou de 37,4% em 1989 para 43,6% em 1995 (DIEESE, 1997). O que se tem argumentado é que a abertura de emprego no setor terciário da economia, entretanto, não consegue absorver o número de desempregados. Dados referentes ao desemprego em 1995, em algumas regiões metropolitanas, mostram que a taxa de desemprego foi, em média, de 12,9%, sendo que as maiores se verificaram nas regiões metropolitanas do Distrito Federal, com 15,7% e de São Paulo, com 13,2% (DIEESE, 1996). Considerando somente esta última região, vemos que a procura de trabalho, segundo os diferentes tipos de desemprego, levava, em 1995, cerca de quatro meses no caso do desemprego

aberto, cinco meses no desemprego total e de seis a sete meses no desemprego oculto (DIEESE, 1996).

Na discussão do emprego/desemprego quero, ainda que rapidamente, destacar alguns aspectos que considero importantes para o objetivo deste texto. Dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada mensalmente pelo Dieese/Seade, para o período de março de 1986 a março de 1995, evidenciam como o trabalho assalariado foi desvalorizado. As informações referem-se à População Economicamente Ativa (PEA), ou seja, a parcela da população com 10 anos e mais de idade que está ocupada ou desempregada na região da Grande São Paulo. Assim, para aquele período, enquanto a PEA cresceu 24,5% (2,5% em média, ao ano), a ocupação aumentou 22,1% (2,2% ao ano). Mas o crescimento do desemprego foi maior: 42,0% (4,1% ao ano), praticamente o dobro do número de empregos. Entretanto, o dado mais significativo diz respeito à composição da ocupação: enquanto o emprego assalariado cresceu 11,3% (1,2%, em média, ao ano), o trabalho autônomo aumentou 57,1%. Em grande parte, o trabalho autônomo, ou por conta própria, se caracteriza pela precariedade, pela ausência de vínculos empregatícios e pela insegurança.

Para completar esse quadro da perda de qualidade do emprego, cito os dados referentes ao registro em carteira: no mesmo período, o emprego de trabalhadores assalariados com carteira de trabalho aumentou 3,5% (0,4%, em média, ao ano), enquanto o dos assalariados sem carteira de trabalho assinada cresceu 72,7% (6,3% ao ano), o que salienta ainda mais o quadro de insegurança existente. Se considerarmos apenas o período que vai de março de 1990 a março de 1995, caracterizado pela recessão que se estendeu até 1993 e pela abertura da economia brasileira, vemos que é nele que ocorrem as principais alterações: neste curto período de cinco anos, o emprego assalariado com carteira assinada diminuiu em 8,2%, o relativo ao sem carteira assinada aumentou 54,3%, e o emprego autônomo cresceu 40,5% (DIEESE, 1995).

Assim, mesmo os trabalhadores que, aparentemente, estariam protegidos pelo contrato de trabalho, são atingidos pela “insegurança do trabalho” (Mattoso, 1994), a precariedade das formas de trabalho, pelo temor de desemprego, pela superexploração do trabalho, pela acentuação das desigualdades. O depoimento de um metalúrgico trabalhando em uma montadora da região do ABC revela a pressão a que estão submetidos:

Hoje os trabalhadores se matam de trabalhar, tão implantando um tal de Q1, PMC quadrado. Aonde você vai, você vê quadro da empresa com palavras jogando a responsabilidade para o trabalhador, dizendo que se nós não vendermos aqui, a Fiat ganha no mercado, se não vender aqui, vai dá desemprego (...) tem companheiros que vão no domingo lá, além de trabalhar no sábado, na hora extra, é chamado para ir no domingo, para aprender o que é o Q1 (...) a empresa joga tudo na cabeça do companheiro: ‘tem que dar qualidade, tem que produzir com eficiência’, faz com que o cara se bitole. Quando eu estava na A1 até 86, eles tinham mais companheirismo, eles conversavam com o outro na fábrica. Hoje, o que eu sinto é que o companheiro não conversa com o outro, só pensa realmente na produção. Ela (empresa) conseguiu pôr na cabeça da peãozada que ‘olha você só tem que produzir’, tá uma coisa assim que não tem aquela coisa que tinha antes de companheirismo, um conversava com o outro, trocar idéias, fazer com que eu pensasse não só na produção, pensasse no salário, pensasse em organizar, pensasse em lutar por quarenta horas, e hoje, não, hoje a empresa tá tão avançada que ela nem obriga, o peão chega a pedir. Nós temos companheiro lá, por exemplo, que trabalha das sete (da manhã) às dez da noite, nessa situação.

O que esse e outros depoimentos revelam é que mesmo o trabalhador que está empregado é induzido à demissão “voluntária”, enfrenta o medo do “fácio”, a ameaça da perda do emprego. Isso o faz aceitar o salário e as condições de trabalho que lhe são oferecidos, submete-se à pressão pela realização de horas-extras, desgasta-se no esforço de “vestir a camisa” da empresa e de “mostrar serviço”.

Reaparecem, portanto, sob novas formas, as velhas armas para restabelecer a obediência e a disciplina na empresa (Gorz, 1982).

Defrontamo-nos, portanto, com um movimento contraditório que nos mostra, de um lado, a redução dos postos de trabalho com um aumento significativo da produtividade e do faturamento das empresas, e, de outro, o aumento do número de horas trabalhadas, tanto para obter rendimentos maiores, quanto para atender às exigências da empresa. Desde meados da década de 80, uma das reivindicações mais constantes do movimento sindical foi a da redução da jornada de trabalho. Efetivamente, dados referentes à região metropolitana de São Paulo, indicam que, a partir de 1985, a jornada legal começa a ser reduzida, sendo que no setor industrial ela passa de uma jornada média semanal de 46 horas em 1985, para 43 horas em 1995; no setor do comércio passa de uma jornada média semanal de 50 horas em 1985, para 46 horas em 1995; em serviços, a jornada média semanal é reduzida de 43 horas em 1985, para 41 horas em 1995. Entretanto, para os três setores observa-se a mesma tendência: a redução da jornada legal de trabalho é acompanhada pelo aumento do trabalho, expresso em horas extras. Assim, na indústria, enquanto 22,4% trabalharam mais do que a jornada legal em 1985, uma década depois, 42,5% dos trabalhadores fizeram horas extras. No comércio, verifica-se, também, que em 1985, 41,8% trabalharam além da jornada legal, e em 1995, 55,1% dos empregados fizeram horas extras. No setor de serviços, a porcentagem dos assalariados que trabalharam além da jornada é de 23,8% em 1985 e de 35,9% em 1995 (DIEESE, 1996b).

Todas essas informações parecem-me fundamentais para a reflexão que proponho neste texto a respeito dos jovens trabalhadores. Diante das questões que se colocam hoje para o mundo do trabalho, que acentuam as dificuldades de inserção e de permanência no mercado de trabalho para amplas parcelas de trabalhadores, tomarei como referência uma parcela significativa dessa população — os jo-

vens<sup>1</sup> —, no sentido de verificar como ela tem sido atingida pelas transformações que ocorrem na estrutura produtiva e que afetam o trabalho. As mudanças introduzidas tanto na organização do processo de trabalho, quanto no conteúdo do trabalho, ou seja, na natureza das atividades, nas exigências de qualificação ou requalificação profissional, e que parecem configurar um novo tipo de trabalho e de trabalhador, se já provocam situações difíceis para os trabalhadores adultos, no caso dos jovens elas ganham certa dramaticidade.

Uma análise do perfil do desemprego em alguns países da Europa, em 1994, mostra que a taxa de desemprego é sempre maior entre as mulheres e os jovens. Na Espanha, enquanto a taxa de desemprego atingiu 23,8% para todas as pessoas, entre as mulheres ela chegou a 30,9% e entre os jovens a 38,3%. Na França, para toda a população ativa, a taxa foi de 12,5%, atingindo, para as mulheres, 13,6% e para os jovens 23,4%. Na Itália, enquanto a taxa de desemprego para todas as pessoas foi de 12,0%, entre as mulheres foi de 13,6% e entre os jovens de 31,1%. Mesmo nos países de cultura não-latina, como a Inglaterra e a Suécia, onde o mercado de trabalho é mais favorável às mulheres, a taxa de desemprego é maior entre os jovens. Nesses dois países, em 1994, com a taxa de desemprego para toda a população atingindo, na Inglaterra, 9,5% e 8,0% na Suécia, o desemprego entre as mu-

---

<sup>1</sup> Não pretendo, nos estreitos limites deste artigo, discutir mais amplamente a noção de juventude. Remeto para dois textos que considero importantes para o balanço bibliográfico a respeito do uso sociológico desse conceito: o de Helena Abramo (1994, especialmente das pp. 1-53) e o de Pais (1990). Para os objetivos deste trabalho, esclareço que entendo por jovem aqueles que estão compreendidos na faixa etária que se estende dos 15 aos 25 anos. O problema maior na definição do jovem concentra-se, ao meu ver, no limite superior da faixa. Segundo a OIT, o corte seria aos 24 anos, sendo que a denominação de adolescentes abrangeria aqueles que têm entre 15 e 19 anos e a de jovem os de 20 a 24 anos (Madeira, 1996). Afinal, até onde se estende a juventude? Quando o jovem deixa de ser jovem?

Iheres se situava em 7,4% e 6,7%, respectivamente. Já com relação ao desemprego juvenil, a taxa foi de 14,9% no primeiro país, e de 16,6%, no segundo (DIEESE, 1996).

No caso do Brasil a situação não é diferente. Assim, em 1985, enquanto a taxa de desemprego entre os homens era de 10,1%, entre as mulheres era de 15,5%. Em 1995, entre os homens era de 11,8% e entre as mulheres, 15,3% (DIEESE, 1996). Quanto aos jovens, dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego do DIEESE/SEADE mostram que, em 1985, “enquanto o nível de emprego oscilava entre 12,2%, a taxa de desemprego entre adolescentes (de 15 a 19 anos) atingiu 25,5% e a de jovens (de 20 a 24 anos) chegava a 14,1%”. Em 1995, “enquanto o nível de desemprego total variava em torno de 13,2%, as taxas de desemprego entre adolescentes e jovens saltavam para 21,4% e 16,7%, respectivamente” (Madeira, 1996).

Vários autores tem discutido as dificuldades do acesso dos jovens ao trabalho e ao emprego, acentuando que isso parece depender das recentes modificações nas estruturas produtivas, especialmente com a introdução de novas tecnologias, que afetam o perfil setorial do emprego, transformam as atividades profissionais, alteram o funcionamento do mercado do trabalho e modificam, inclusive os modos de vida. Pais (1991), resume essa discussão apontando os fatores que exprimiriam essa dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho e fortalecem a insatisfação, entre eles, com as perspectivas do futuro profissional: a diminuição das oportunidades de empregos para os jovens, principalmente em decorrência da introdução de novas tecnologias, com as exigências de maior qualificação e experiência; a significativa mobilidade ocupacional dos jovens, com a circulação por diversas situações seja de trabalho (formação, aprendizagem, precário, temporário, em tempo parcial, etc.), seja de emprego (desemprego, inatividade, emprego); a precarização do trabalho juvenil seria acompanhada pela periferização dos jovens em torno do mercado de trabalho secundário, tanto em consequência da sua fraca especialização/qualificação, que os

orientaria para o trabalho nos setores periféricos, quanto por uma preferência pelo trabalho “intermitente”, antes de buscarem estabilidade e assumirem maiores responsabilidades.

Essa discussão sobre a precarização do trabalho do jovem tem em outro autor, Y. Clot, argumentos que apontam, de um lado, as menores oportunidades de trabalho para os jovens com pouca ou nenhuma qualificação e, de outro, as condições desvantajosas que enfrentam quando inseridos no trabalho. Uma citação de Tartakowsky, feita por aquele autor, parece-me bastante significativa: “Pode-se considerar que um jovem em cada dois na França é o que se convencionou chamar de trabalhador precário, o que conhece uma vida marcada pelo signo ‘menos’: ele ganha menos, ele tem menos direitos, não tem nenhuma garantia sobre a duração do emprego que ocupa e sua eventual recondução” (p. 5). São essas condições de trabalho que levam Clot a falar em “marginalização objetiva” do jovem, ou seja, a um afastamento ou recusa do trabalho. Para ele, isso não pode ser reduzido a uma simples mudança de “valores” na juventude, mas sim que “a transformação de atitudes, as práticas novas de inserção constituem muito mais respostas a uma situação nova e não o efeito de uma alergia cultural” (p. 5).

Assim, para Clot, a experiência de trabalho e de vida do jovem, especialmente da juventude operária, com a imagem de seus pais, de suas condições insatisfatórias de trabalho, fazem com que os jovens elaborem negativamente a sua identidade com o emprego e o trabalho. Dessa maneira, o trabalho temporário ou “intermitente”, que aparece para muitos como uma demonstração da falta de empenho do jovem, para Clot, poderia ser considerado pelo jovem como “uma maneira de viver livre, se reapropriando dos ritmos de inserção social e profissional” (p. 5/6). Deve-se, então, distinguir entre o trabalho temporário inserido ou como parte de um “plano de carreira” e o que aparece como a única possibilidade de sobrevivência para os jovens menos qualificados, ou seja, para aqueles “que não encontram aí senão um meio temporário de esca-

par aos ritmos de uma temporalidade imposta por um ‘destino’ de classe” (p. 6). Isto nada mais é do que uma avaliação realística de suas chances no mercado de trabalho, constituindo o que M. Pialoux (Clot, s/d) chama de “realismo do desespero”, que exprime, exatamente, a especificidade da relação subalterna que os jovens das classes trabalhadoras estabelecem com o mundo do trabalho.

Pais (1991), chama a atenção para o fato de que cada vez mais amplas camadas da população juvenil passam por um período relativamente longo de indeterminação antes de ingressarem na vida adulta ou, pelo menos, da inserção profissional. É o que denomina de “interregno entre a escola e o emprego” (p. 960), que significa um prolongamento da juventude, seja pela ampliação do tempo na escola, seja pela permanência na casa dos pais. A explicação desse interregno tem sido dada ou pela tese da “inadequação da escola ao mercado de trabalho”, ou pela da “alergia do jovem ao trabalho”. O autor refuta as duas, mas detenho-me, por ora, na discussão da segunda, que também foi recusada por Clot. Para Pais, a tese da alergia ao trabalho resulta de teorias preocupadas com a análise das atitudes e representações que os jovens têm sobre o trabalho e o emprego. Assim, para essas teorias, o interregno vivido pelos jovens entre a escola e o emprego resulta das dificuldades de adaptação ao modo de vida adulto, marcado pela disciplina do trabalho, rigidez de horários, pela redução do convívio com os amigos, etc. Os jovens desenvolveriam, então, uma alergia ao trabalho, que implica em uma desvalorização do trabalho, uma recusa da ética tradicional do trabalho. Ou seja, os jovens não constituiriam sua identidade a partir do trabalho, recusando a possibilidade de uma realização pessoal e profissional através dele. Daí as atitudes de resignação ou indiferença em relação às escolhas profissionais.

É exatamente esse sentido de *desencantamento* com o mundo do trabalho que Clot, apoiando-se em um trabalho de Vincent Merie, pretende destacar em sua crítica à tese da alergia ao trabalho, afirmando que não se pode atribuir a “um fenôme-

no de geração, o que não pode ser imputável senão às transformações nas condições de escolarização e de funcionamento do mercado de trabalho” (p. 4). Tanto Clot como Pais procuram mostrar, com suas críticas, que não é possível tratar de juventude sem acentuar a diversidade que essa categoria encobre. Para Clot, o recorte privilegiado é o de classe, pensando especificamente como as transformações no processo de trabalho afetam a juventude operária. Pais também se opõe à generalização, à consideração dos jovens como um conjunto homogêneo e propõe a tese *das reações diferenciadas dos jovens em relação ao trabalho, ao emprego e ao desemprego*.

Convém, então, observar mais detalhadamente as condições objetivas de inserção do jovem no emprego. Na entrevista realizada com um dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, temos o relato de como o jovem está entrando hoje na produção:

Antes, há dez, quinze anos atrás, ele entrava na empresa, a grande maioria, iniciando pelos cursos do Senai (...) Hoje, a maior parte dos jovens trabalhadores está entrando nas empresas como ajudantes de produção, como auxiliares, quer dizer, não estão tendo a oportunidade de no começo de seu trabalho, no seu primeiro emprego, ele poder se profissionalizar (...) Hoje, proporcionalmente, existem menos trabalhadores dentro das empresas, quer dizer, diminuiu a quantidade de trabalhadores jovens; apesar de reduzidos nas empresas, entram para, vamos dizer, serem, na verdade, massa de trabalho. As empresas não estão fazendo uma qualificação, dando uma oportunidade de qualificação desses trabalhadores. Entram para serem mão-de-obra mais barata, mão-de-obra com um potencial energético muito mais forte do que pessoas com um pouco mais de idade”.

Este dirigente refere-se, em seu depoimento, às condições desfavoráveis de inserção no emprego, acentuando a tendência à subutilização de uma mão-de-obra de pouca ou nenhuma qualificação. Mas, tanto a sua entrevista, como a de outro dirigente, evidenciam, também, a realidade das empre-

sas metalúrgicas brasileiras. De um lado, temos um núcleo de empresas que, buscando enfrentar a concorrência, modernizam-se, introduzindo inovações tecnológicas, reorganizando o trabalho e mudando as formas de gestão empresarial. Nelas, o emprego e o desemprego decorrem dessas modificações. Mas, na grande maioria das empresas, o que se observa é o baixo investimento, a falta de competitividade, a pouca eficiência da estrutura produtiva e a escassa experiência e tradição empresarial. Nestas, o desemprego é consequência do encerramento das atividades ou da redução drástica dos postos de trabalho.

Em outra entrevista, realizada com operário empregado em uma montadora da região do ABC, há uma informação que parece contradizer o depoimento anterior, ao mostrar o aumento dos trabalhadores jovens na empresa:

... é muita gente nova que tá na fábrica hoje, na faixa de 22/21 anos, 23, até 27, tem bastante jovens mesmo (...) bastante molecada (...) (o trabalhador antigo da empresa) está sendo convidado, depois de 28 anos de companhia, a deixar a companhia, porque ela quer acabar com todos os velhos, que eles saiam fora, não adianta, é mudar, ela vai mudar, não quer velho lá dentro. Pessoal velho de 28/30 anos (na empresa) é para sair da companhia, não tem nada, é convidado, 'por favor, deixe a companhia' (...) é uma humilhação, é humilhante.

Na verdade, o primeiro informante quando se referia aos jovens, tinha em mente aqueles entre 15 e 18 anos de idade, enquanto o segundo, como vimos, os que estão situado na faixa etária acima dos vinte anos. De qualquer maneira, os dois depoimentos apontam a segmentação do mercado de trabalho, que não só pode explicar a inserção do jovem no mercado de trabalho<sup>2</sup> como, também, impõe a

<sup>2</sup> A pesquisa realizada por Marta Luedemann (1996), em duas empresas automobilísticas, aponta a relação com os trabalhadores jovens como um problema enfrentado pelos representantes das comissões de fábrica. Ela mostra que a

oposição entre os jovens e os não jovens e a competição que, nem sempre, é favorável aos primeiros (Pais, 1991). Mas há, ainda, um outro aspecto que nessas entrevistas foi destacado: mesmo os jovens portadores de alguma qualificação, ou com um grau maior de escolaridade, estão hoje trabalhando na linha de produção, muitos realizando atividades aquém de sua capacidade e com dificuldades de ascensão profissional. É o que nos diz o relato do operário de uma montadora do ABC:

A molecada do Senai, lá tem mais de 100 garotos que se formaram no Senai, que era para estarem na ferramentaria, na manutenção e estão todos na produção. Então, não vão admitir mais, se precisar de alguém na manutenção, tem na produção, se precisar de ferramenteiro, também tem na produção. Tem mais de 100 garotos hoje na produção porque não tem vaga na ferramentaria, não tem na manutenção, quer dizer, tem tudo ali dentro.

Se, por um lado, essa situação decorre do aumento da terceirização, ou seja, da transferência para empresas contratadas, de parte ou de setores

---

Ford “contratou, em 1994, quase mil trabalhadores com menos de 30 anos e com escolaridade entre o 2º grau e nível superior, para trabalharem na linha de montagem. A maioria desses jovens não tem tradição de mobilização operária, muito menos memória do movimento de lutas e reivindicações da classe trabalhadora. Geralmente, não participam de assembléias e quando há paralisações, ao contrário de tomar parte das discussões ficam, por exemplo, jogando dominó” (p. 140). Um outro aspecto que é salientado no decorrer do texto, especialmente ao tratar da Ford, é a relação de competição e de fiscalização existente, principalmente, entre os trabalhadores de mais idade e os jovens. No caso da Volkswagen, é apontada, também, a existência de trabalhadores jovens, especialmente na linha de montagem onde se produz o Gol 1000. São trabalhadores com menos de 25 anos, chamados de “debutantes”, ou seja, estão em seu primeiro emprego, por isso “se apegam mais à empresa e recebem uma atenção especial; a administração gosta do perfil jovem, criativo, participativo e que não está ligado à organização sindical” (p. 171).

da produção, por outro, é também uma exigência da implantação da polivalência<sup>3</sup> ou da multifunção no processo de trabalho. Assim, a “molecada” a que o operário se refere está sendo preparada para trabalhar em vários setores da fábrica, adquirindo uma mobilidade impensada há alguns anos antes. Mas esse conhecimento geral de tudo não significa, entretanto, salários mais altos.

Esses garotos não ficam numa área só, ficam dois meses na usinagem, dois meses na funilaria, dois meses na estamparia, dois meses na pintura. É o pessoal que vai conhecer toda a fábrica e, por outro lado, esse pessoal além de conhecer a fábrica na produção, também são mecânicos da manutenção, são ferramenteiros (...) Quando eles foram para a produção há um ano atrás, foram todos empregados, essa molecada ficou entusiasmada porque iriam para o grau 5 (na hierarquia salarial), só que hoje eles não têm nenhuma perspectiva.

Essas colocações são reiteradas em entrevistas realizadas pelo jornalista Alceu Castilho (1997),

---

<sup>3</sup> Gorz (1995), discutindo a polivalência do operário nas indústrias de processo contínuo, aponta que, na medida em que suas operações possuem qualificações comuns e formação de base também comum, haveria uma mobilidade de potencial desses trabalhadores, que podem circular de uma empresa a outra sem problemas. Mesmo reconhecendo que além de uma formação comum, esse operário deve ter uma formação específica de acordo com a indústria, esta, entretanto, não exige muito tempo de treinamento. Esse operário tem, então, uma “autonomia existencial” maior, não sendo um prisioneiro de “sua” empresa. Mas, em contrapartida, esta também pode substituí-lo muito mais facilmente. É isso que torna banalizado o saber profissional. Com esse termo, Gorz não quer dizer que o trabalho seja desqualificado ou monótono, mas sim que há uma *acessibilidade muito grande da qualificação*, ou seja, hoje as pessoas podem muito facilmente ter acesso a certas habilidades ou competências. É o processo de *banalização das competências* que torna o saber ou as capacidades profissionais fácil e rapidamente substituíveis. Provavelmente, a presença de jovens nas empresas, portadores de nível maior de escolaridade, mais “educados”, ainda que menos qualificados, prende-se a essa banalização das competências apontada por Gorz.

com seis jovens, com idade variando de 16 a 23 anos, trabalhando em grandes indústrias da região metropolitana de São Paulo. Todos enfatizam a formação profissional obtida previamente ou a necessidade de ampliação dos conhecimentos para, pelo menos, manter o seu emprego na linha de produção. Assim, Daniel, de 20 anos, calibrador na Volkswagen, está no terceiro ano do curso de engenharia mecânica e considera difícil ocupar um lugar de engenheiro, devido ao número de candidatos. João Américo, de 16 anos, trabalhando na linha de produção da Mercedes Benz, pretende estudar “inglês, alemão e engenharia ou computação, para garantir o seu lugar na linha de montagem”. Já Fernando, de 18 anos, trabalhando no setor de câmbio da Volks, faz escola técnica e cursos extracurriculares, acreditando que, com isso, possa sair da linha de produção. Márcio, de 18 anos, montador na linha de produção da Siemens, cursa química industrial, mas já fez cursos de programação, interpretação de desenho, instrumento e “caminha para ser torneiro mecânico”. César, de 19 anos, operador de máquinas também na Siemens, ao contrário, nunca pensou em trabalhar em indústria. Fez cursos colegial, de computação, contabilidade, administração e dactilografia, destinando-se ao trabalho em escritório. Pensava em trabalhar em “um lugar sossegado, tranquilo, limpinho”. Hoje trabalha das 7 às 17 horas produzindo imãs, “e só imãs”.

Como vemos, esses relatos revelam, por parte dos jovens, a interiorização das condições objetivas do mundo do trabalho, que definem as diretrizes de seus projetos profissionais, ao mesmo tempo que impõem limites aos seus sonhos e esperanças. Parece-nos inteiramente apropriada a denominação dada pelo autor do artigo a esse novo tipo de trabalhador — “o peão ilustrado”. Um trabalhador, afinal, que precisa adquirir ou ampliar os seus conhecimentos para manter-se no mesmo lugar. Entretanto, o mais significativo nessa reportagem é o fato que todos esses jovens são filhos e, dois deles, também, netos de operários, que trabalham ou trabalharam nas mesmas empresas que hoje os empregam. Aliás, é justamente esse “passado familiar”

que garantiu a eles a entrada em uma grande empresa, especialmente nas montadoras, pois “filhos e irmãos de funcionários têm prioridade na hora de fazer os cursos do SENAI”, ou mesmo na hora da contratação. E, como nos lembra o operário da montadora entrevistado, quando um trabalhador sai da empresa ou se aposenta, ele pode, “orgulhosamente”, indicar um filho para ficar em seu lugar, caso haja vaga.

Concluindo essas considerações sobre a inserção do jovem no emprego, volto ao depoimento do operário da montadora do ABC, para reintroduzir a questão de como os jovens trabalhadores interpretam a sua relação com o emprego e o trabalho.

Essa molecada nova que entrou, muitos são filhos de chefe, outros o pai já tem uns vinte e três anos na empresa, tem sua casa (...) então essa molecada está preocupada em trocar de carro, moleque que entrou, com um ano lá, dois anos, já tem um carro zero. Cara que quer fazer hora extra para trocar de carro. Essa molecada não está preocupada com o sindicato, não vai se preocupar com mais nada, o que ganha é só para gastar mesmo.

Essa entrevista, de um operário com vinte anos de trabalho na empresa, perplexo e sentindo-se impotente diante das mudanças introduzidas no trabalho dentro da empresa, reproduz a visão generalizada na sociedade a respeito dos jovens trabalhadores. Trata-se de uma imagem da juventude marcada pela negatividade, que ressalta o individualismo, o consumismo, a passividade, a falta de companheirismo e o afastamento das questões que afetam o conjunto dos trabalhadores.

Nas análises sociológicas da juventude, essa relação instrumental com o trabalho tem sido explicada como decorrência da mudança nos valores e nos modos de regulação social que afetam a maneira pela qual o jovem é socializado e preparado para entrar no mundo do trabalho. As exigências de autonomia individual, o individualismo exacerbado e a valorização dos modos privados de consumo, constituiriam os elementos sociais básicos que orientam os jovens na elaboração das representações do empre-

go e do trabalho. Mas, como insiste Pais, é preciso considerar a existência de reações diferenciadas dos jovens diante do trabalho, do emprego e do desemprego. Assim, buscando escapar da tendência de apenas ver a juventude como um conjunto homogêneo, Pais destaca as diferenças existentes entre os jovens, a diversidade de origens sociais, de interesses, de perspectivas e de aspirações (Pais, 1993), que os conduzem a trajetórias profissionais específicas, concepções e idéias diferenciadas. Portanto, com relação ao emprego e ao trabalho, mais de uma reação pode ser apontada: “enquanto entre alguns jovens se encontra uma mais disseminada ideologia de realização individualista, aparecendo, muitas vezes, a obtenção de emprego fortemente associada ao empenhamento, ao esforço e à realização pessoal e profissional, para outros jovens, o emprego aparece como uma fonte de satisfação meramente instrumental, parecendo cada vez menos irrelevante a *ética do trabalho*” (Pais, 1991, 962).

Algumas questões decorrem da análise feita até aqui: como se formam e são transmitidos os valores referentes ao trabalho? Como as diferentes representações sobre o trabalho são elaboradas? Iniciei esta exposição, colocando em dúvida a possibilidade de se considerar, na sociedade contemporânea, a centralidade do trabalho na vida de homens e mulheres, jovens e adultos, apontando as dificuldades para a inserção e a permanência no mercado de trabalho. Resta agora, contudo, discutir como, e porque, na sociedade brasileira, o trabalho ainda se afirma como um *valor cultural e simbólico*.

Considerando a distribuição dos ocupados, pela idade em que começaram a trabalhar, dados da PNAD, para o Brasil, referentes a 1993, mostram que 86,1% da população empregada começou a trabalhar antes dos dezoito anos. Olhando apenas a faixa etária de 10 a 14 anos, vemos que 48,6% dos trabalhadores iniciaram a sua trajetória de trabalho nessa fase de sua vida (DIEESE, 1996). O que impele essas crianças e adolescentes para o trabalho, em um momento em que deveriam estar na escola, e só na escola, preparando-se, exatamente, para uma profissão?

A explicação mais frequente nos estudos sociológicos sobre essa questão, repousa na correlação estabelecida entre pobreza e trabalho<sup>4</sup>. Porque pertencentes a famílias de baixa renda, criança e adolescente são inseridos precocemente no mercado de trabalho, tendo que, muitas vezes, abandonar a escola. A imposição do trabalho assalariado seria, então, decorrente do “agulhão da fome” (Machado da Silva, 1990).

Assim, por exemplo, considerando o caso do município de São Paulo, nos anos de 1994 e 1995, vemos que a média do rendimento familiar médio era de 4,3 salários mínimos, e que 55,5% das famílias ganhavam de menos de meio salário mínimo até três salários mínimos. Dados da PNAD mostram que, dos 58 milhões de crianças e de adolescentes de 0 a 17 anos, mais de 50% vivem em famílias com rendimento de até meio salário mínimo *per capita*. Poderíamos concluir, então, que seria a evidente pobreza que empurra para o trabalho os filhos dessas famílias.

Mas, a pesquisa realizada pelo DIEESE em seis capitais brasileiras, nos anos de 1995 e 1996, com 1.419 crianças de sete a catorze anos, revela alguns dados surpreendentes. Contrariando a afirmação de que as crianças trabalham no lugar dos pais, a pesquisa constatou que em torno da metade delas tem pais trabalhando, em ocupações tipicamente urbanas<sup>5</sup>. De uma maneira geral, os dados não justificam o

trabalho dessas crianças, pois “são crianças que estudam, têm hábitos urbanos, moram com a família em casas relativamente cômodas, em grandes cidades do país” (DIEESE, 1997a, 10). Uma das conclusões da pesquisa é que o motivo imediato da entrada dessas crianças no mercado de trabalho é a necessidade de complementação da renda familiar, em virtude dos baixos salários recebidos por seus pais<sup>6</sup>. Mesmo com sua pequena remuneração, crianças e adolescentes contribuem para o aumento da renda familiar.

Essas colocações não são suficientes, todavia, para explicar porque o trabalho infanto-juvenil, que contribui tão pouco com a renda familiar e implica em tantos sacrifícios para essa geração, adquire esse caráter imperioso, constituindo-se em uma ocorrência habitual em famílias com as mais diversas origens e condições sociais. Outros motivos parecem orientar a inserção precoce da população no mercado de trabalho.

Pesquisa realizada por Dauster (1992), com crianças a partir de 7 anos e com jovens que cursam a escola pública em uma favela do Rio de Janeiro, permite avançar nessa discussão. O objetivo da pesquisa era estudar o chamado fenômeno do “fracasso escolar” entre crianças pertencentes a famílias de baixa renda, o que a levou a discutir, mais amplamente, a relação entre a escola e o trabalho. Este é um tema que, como apontam Ferretti e Madeira (1992), tem sido discutido pelos analistas no sentido de apontar a importância da escola na formação das novas gerações para o trabalho. O que esses dois autores propõem é pensar que “para a grande maioria da população, o trabalho antecipa a escola ou se dá concomitantemente a ela” (p. 83).

Assim, Dauster, procurando entender o que leva as crianças das camadas populares a buscarem a escola — crianças que se auto representam como

---

<sup>4</sup> Remeto, neste aspecto, para o texto de Felícia R. Madeira, *Pobreza, Escola e Trabalho — convicções virtuosas, conexões viciosas*, 1993, que desenvolve uma reflexão crítica das interpretações correntes sobre o tema.

<sup>5</sup> Em pesquisa realizada em 1981, com crianças e adolescentes de 9 a 17 anos, na área metropolitana de São Paulo, Aparecida J. Gouveia já comprovava que 95% dos chefes de família trabalhavam em atividades manuais e, destes, cerca da metade eram trabalhadores não qualificados. Além do mais, tratavam-se de famílias estruturadas, em sua maioria, compostas de pai, mãe e filhos. Confirma-se, assim, que o trabalho precoce não decorre, necessariamente, da desagregação familiar ou do fato dessas crianças e adolescentes provirem de uma família incompleta (Gouveia, 1983).

---

<sup>6</sup> Essa conclusão aparece, também, nos artigos de Gouveia (1983) e Madeira (1993), afirmando-se, praticamente, como consenso nas pesquisas sobre o trabalho de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos. Mas, esses mesmos estudos mostram que outros motivos interferem, igualmente, na decisão de trabalhar.

*pobre, trabalhadora e estudante* — mostra que o ingresso delas nas classes de alfabetização revelam grande interesse e expectativa, expressando, por parte de suas famílias e delas, a valorização da escola. Mas, aos poucos, as crianças demonstram uma atitude de *resistência*, que a autora explica como resultado tanto de uma escola afastada dos interesses das crianças, quanto do incentivo dos pais para o trabalho. Aqui, Dauster retoma as colocações de autores como Alvim e Valladares, a respeito da importância do *trabalho enquanto um valor cultural e econômico*, ou seja, da transmissão, pela família, da ideologia do trabalho, que vê o trabalho pelo seu aspecto de formador das novas gerações.

Uma de suas hipóteses, portanto, é de explicar a inserção no trabalho não apenas a partir das condições econômicas em que essas crianças vivem, mas, considerando-a como “uma estratégia do sistema de socialização das camadas populares, que não se opõe necessariamente à escola mas, ao contrário, deve complementá-la” (p. 33).

Nesse sentido, a autora procurou, em sua pesquisa, recuperar as orientações e os valores, os costumes e atitudes que se expressam nos “usos simbólicos da escola e do trabalho” (p. 33), por parte das camadas populares. Analisando os depoimentos, Dauster mostra que o trabalho de crianças e jovens não é visto apenas como imposição de uma necessidade decorrente das condições econômicas da família, mas a valorização do trabalho é resultado de fatores culturais, ou seja, a questão do trabalho infantil é tratada pela autora como “uma forma cultural que coletivamente se impõe às crianças das camadas populares” (p. 33). Entre os moradores da favela pesquisada, o trabalho infantil, a partir dos sete anos, é representado como *obrigatório*, por se constituir em uma prática cotidiana coletiva e também como *natural*, segundo as orientações dos pais. Assim, no cotidiano de vida dessas famílias, o trabalho, desde cedo, aparece como regra, como parte da socialização das novas gerações. Em um sistema de troca nas relações familiares, as crianças e jovens se dispõem a “ajudar” sua família, trabalhando em *retribuição* aos pais que lhes dão mo-

radia e comida. Constrangidas pela necessidade, essas crianças e adolescentes submetem-se à imposição de uma norma que, entendida como natural e legítima, constitui-se como dever e obrigação das gerações mais jovens das camadas populares.

Dessa maneira, a condição de trabalhador é inerente à condição de pobre, mas se constitui, também, na visão dos pais, como anteparo aos perigos vividos “na rua”, ao risco da *marginalidade*, afastando seus filhos das más companhias, do banditismo, do tóxico, enfim, o que não presta, o mundo com os seus perigos<sup>7</sup>.

Contudo, há ainda, um outro significado do trabalho que Dauster observa em sua pesquisa: o sentido de *decisão* e de *afirmação*. Os jovens querem trabalhar para se sentirem importantes dentro de sua família, mas, também, para poderem comprar, com o seu dinheiro, certos objetos — como o tênis e as roupas de marca, o relógio — que lhes permitam o acesso a uma “gramática do gosto” (p. 35), fundamentais na construção de uma identidade jovem<sup>8</sup>. Essa pressão do consumo é destacada,

<sup>7</sup> Zaluar (1985) aponta o limite tênue que separa o trabalhador da marginalidade, as constantes solicitações de passagem para a delinquência e, especialmente, a atração que esta exerce sobre os jovens. Uchôa (1994), em sua reportagem, mostra como é difícil, para crianças e jovens, moradores do morro do Borel, no Rio de Janeiro, persistirem no seu trabalho de carregadores de pesadas sacolas de compras que lhes rende cerca de R\$ 30,00 por semana, quando um “soldado do pó” empregado pelos traficantes tira, em média, R\$ 100,00 por semana.

<sup>8</sup> Uma dimensão importante do cotidiano dos jovens é o lazer e, nesse sentido, o estudo de Helena Abramo (1994) é uma contribuição importante. Diante da escassez de pesquisas sobre os jovens, a análise dessa autora se afirma como leitura obrigatória para todos que pretendem discutir as questões relacionadas com a juventude. Mas, lembro aqui apenas a sua colocação de que “a juventude é vista como período em que se pode gozar a vida e tentar um futuro melhor” (p. 62). A inserção dos jovens no mercado de trabalho é o que lhes permite, portanto, “viver a condição juvenil” (p. 64), seja no sentido da aquisição de bens de consumo, seja no desfrute do lazer.

também, em vários outros textos como um dos mais fortes motivos que impulsionam os jovens para o trabalho (Ferretti e Madeira, 1992). Mas, aliado ao sentido da *afirmação*, lembro a observação de Gouveia (1983), destacando que são pouco frequentes, entre os seus entrevistados, as manifestações de amargura ou revolta pelo fato de precisarem trabalhar. A quase totalidade deles expressa um sentimento de auto-realização e de orgulho. Dessa maneira, como destaca Gouveia, o trabalho se afirma como a “necessidade transformada em virtude”.

Pode-se concluir, portanto, ou pelo menos formular uma hipótese de pesquisa, de que os jovens de 18 a 25 anos reproduzem, em seus projetos de vida, elementos dessa ética do trabalho, construindo a sua identidade no trabalho a partir da noção de “honesto e digno” porque um trabalhador<sup>9</sup>.

O último aspecto que destaco nestas reflexões sobre o jovem trabalhador, diz respeito à relação entre a educação e o trabalho. Como já apontamos, as alterações no processo de trabalho e as novas técnicas organizacionais introduzidas nas empresas, vem propiciando o aparecimento (e o desaparecimento) das qualificações ou especializações exigidas dos trabalhadores. O “novo” profissional depende, portanto, de um grau de escolaridade maior. Aliás isso não é tão novo assim nas empresas. Chaia (1987) já apontava em seu artigo, que a indústria, por exemplo, parecia preferir os jovens que tinham completado um ciclo de estudo e que, provavelmente, tivessem deixado de ser estudante. A novidade com respeito a essa colocação é que, hoje, certamente, as empresas esperam que seus empregados sejam sempre capazes de aquisição de novos conhecimentos e requalificações.

A pesquisa realizada pelos economistas Edgard Luiz Alves e Fábio Veras, do Instituto de Pesquisa

em Economia Aplicada (IPEA), analisando dados etários, de renda e de qualificação dos ocupados da Grande São Paulo, com base nos levantamentos do DIEESE/SEADE entre 1988 e 1995, contem informações significativas a respeito dessa questão. Especificamente com relação ao grau de instrução desses trabalhadores, a pesquisa aponta a redução do número de analfabetos, caindo de 6,1%, em 1988, para 5% em 1995. A participação dos ocupados com até a quarta série declinou de 35% para 27,2%, assim como a dos que tinham o primeiro grau incompleto: de 18% para 15,8%. Ao contrário, houve um acréscimo da parcela daqueles com curso universitário completo, que passou de 8,6% para 12,3% e dos com o segundo grau completo, de 11,7% para 16,3%, nos dois anos indicados. Confirma-se, portanto, a tendência que tem sido apontada em várias pesquisas, inclusive na que venho realizando entre os jovens trabalhadores metalúrgicos em Osasco. Na indústria hoje, aliás, como nos outros setores da economia, a inserção profissional será daqueles com o grau de instrução maior. Não se deve estranhar, portanto, a presença de engenheiros na linha de produção.

Os dois economistas concluem a sua pesquisa afirmando que “a batalha da produtividade só será ganha se os trabalhadores elevarem seu nível de educação” (Campos, 1996). Ferretti e Madeira (1992), em artigo no qual realizam uma importante revisão bibliográfica das relações entre trabalho e escola, destacam como a década de 90 inicia-se com os governos de diferentes países reintroduzindo a importância da educação para o desenvolvimento econômico. Os autores manifestam a sua perplexidade diante do fato de que, apesar da crítica elaborada durante os anos 80, “a década de 90 inaugura-se com forte revigoração das antigas esperanças no poder transformador da educação via impacto no processo de trabalho, portanto, em sua versão economicista” (p. 84). O estudo dos dois economistas, citado acima, expressa muito bem essa visão, compartilhada, sem dúvida, por pesquisadores e empresários e que é imposta como uma necessidade aos trabalhadores.

---

<sup>9</sup> Apresento uma pequena variação da definição elaborada pelos trabalhadores da periferia de São Paulo pesquisados por Cintia Sarti (1994), que se identificavam como “pobre honrado, porque trabalhador” (p. 66).

A reestruturação produtiva e as novas formas de gestão e organização do trabalho, portanto, colocam para os educadores, como acentuam Ferretti e Madeira no artigo referido, novos desafios, na medida em que “o novo paradigma dos processos de produção está apoiado na formação mais pluralista da força de trabalho, em sua maior capacitação para apreensão de linguagens, sobretudo a matemática. O que se deve incrementar, agora, é a criatividade, a participação, a solidariedade, etc. Diferente, portanto, da ideologia dos anos 60, que encaminhou a escola para um modelo profissionalizante *stricto sensu*, mais próximo de um adestramento específico. De certa forma, o que se acredita hoje que seja demanda do mercado é algo próximo do que os educadores reivindicam há muito tempo” (p. 85).

Procurei, nesta exposição, destacar as questões fundamentais para discutir a relação do jovem com o trabalho, baseando-me em um conjunto de textos e de entrevistas com trabalhadores, todos ativistas sindicais. Portanto, uma reflexão de adultos sobre o jovem. Como a maioria dos autores citados, tomei como referência dados estatísticos que nos dizem a porcentagem dos que trabalham, dos desempregados, do nível de renda, do grau de instrução, mas que não informam em que condições esses jovens trabalham, nem o que o trabalho significa para eles e, muito menos, como se situam diante das condições de trabalho e as exigências que se colocam hoje para o exercício de suas atividades profissionais. Pelo menos, não na faixa etária que escolhi como ponto de partida para a minha pesquisa, ou seja, os que situam entre os 18 e os 25 anos. Na realidade, quase não existem pesquisas que tenham como ponto central da análise o trabalhador situado nesse período do ciclo vital. Isto, por um lado, pode representar uma desvantagem inicial mas, por outro, constitui-se em um desafio, que o pesquisador deve enfrentar.

## Referências bibliográficas

- ABRAMO, Helena W., (1994). *Cenas Juvenis — punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta/Anpocs.
- ABRAMO, Laís W., (1988). Reconversão industrial e resposta sindical na América Latina. *Lua Nova*. São Paulo, 4:14, abril/jun., 93-99.
- CAMPOS, José Roberto, (1996). Trabalhador pouco instruído perde espaço. *O Estado de S. Paulo*, 4 de agosto, B4.
- CASTILHO, Alceu L., (1997). “Fim da linha”. *Zap!*, caderno de *O Estado de S. Paulo*, 7:347, 8 de maio, G1, G4 e G5.
- CHAIA, Miguel W., (1987). O menor no mercado de trabalho. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação Seade, 1:1, abril/jun., 9-16
- CLOT, Yves, (s/d). *Jeunesse, travail, société — voies et enjeux d’une mutation*. (mimeo).
- DAUSTER, Tania, (1992). Uma infância de curta duração: trabalho e escola. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, nº 82, agosto, 31-36.
- DIEESE, (1995). Emprego perde qualidade em São Paulo. *Boletim do Dieese*. São Paulo, 14:170, maio, 12-16.
- DIEESE, (1996). *Anuário dos Trabalhadores*. S. Paulo.
- DIEESE, (1996a). A visão dos trabalhadores sobre globalização e setor automotivo. *Boletim do Dieese*. São Paulo, 15:186, setembro, 6-11.
- DIEESE, (1996b). É preciso reduzir a jornada de trabalho. *Boletim do Dieese*. São Paulo, 15:186, set., 3-5.
- DIEESE, (1997). *A categoria em números*. Subseção do Dieese, Sindicato de Metalúrgicos de Osasco e região, mimeo.
- DIEESE, (1997a). O trabalho tolerado de crianças de até catorze anos. *Boletim do Dieese*. São Paulo, 16:193, abril, 6-20.
- FERRETTI, Celso J., MADEIRA, Felícia R, (1992). “Educação/Trabalho: reinventando o passado?”. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, nº 80, 75-86.
- GORZ, André, (1982). *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_, (1995). *Metamorfosis del trabajo*. Madrid: Editorial Sistema.
- GOUVEIA, Aparecida J., (1983). “O trabalho do menor: necessidade transformada em virtude”. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, nº 44, 55-62.

- HARVEY, David, (1992). *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. S. Paulo: Loyola.
- LUEDEMANN, Marta da S., (1996). *As novas formas de organização do trabalho na indústria automobilística brasileira: o caso da Ford e da Volkswagen*. Trabalho de Graduação Individual apresentado ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP. (mimeo)
- MACHADO DA SILVA, Luis A., (1990). A (des) organização do trabalho no Brasil urbano. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Seade, 4:3/4, jul./dez., 2-6.
- MADEIRA, Felícia R., (1993). Pobreza, escola e trabalho: convicções virtuosas, conexões viciosas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Seade, 7:1, jan./mar., 70-83.
- \_\_\_\_\_, (1996). Desemprego: quantos são os jovens. *O Estado de S. Paulo*, 1º de março, A2.
- MATTOSO, Jorge, (1994). Trabalho sob fogo cruzado. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação Seade, 8:1, jan./mar., 13-21.
- OFFE, Carl, (1989). Trabalho como categoria sociológica fundamental?. *Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "sociedade do trabalho"*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 13-41.
- PAIS, José Machado, (1991). Emprego juvenil e mudança social: velhas teses, novos modos de vida. *Análise Social*, Lisboa, 26:114, 945-987.
- \_\_\_\_\_, (1993). *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- SARTI, Cintia, (1994). *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo*. Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Antropologia). (multigrafado)
- UCHÔA, Marco, (1994). Menino do Rio, *Zap!*, caderno de *O Estado de S. Paulo*, 5:217, 10 de abril, 1,4-5.
- ZALUAR, Alba, (1985). *A máquina e a revolta:- as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense.